



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

CONTRATO**CONTRATO CFM Nº 003/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO**

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELEIÇÃO WEB COM SISTEMA ELETRÔNICO ELEITORAL VIA INTERNET, ALOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E SUPORTE NECESSÁRIOS INCLUINDO O ENVIO DE SMS E E-MAILS, ATENDIMENTO PERSONALIZADO AOS ELEITORES E MONITORAMENTO DAS ELEIÇÕES ELETRÔNICAS DOS DOIS PLEITOS DO SISTEMA CONSELHOS DE MEDICINA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA E A EMPRESA WEBVOTO TECNOLOGIA EM ELEIÇÕES LTDA NA FORMA ABAIXO:

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, Autarquia Federal de Fiscalização da Profissão Médica, instituída pela Lei nº 3.268 de 30 de setembro de 1957 e regulamentada pelo Decreto nº 6.821 de 14 de abril de 2009 que alterou o Decreto 44.045 de 19 de julho de 1958, alterada pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, com sede no SGAS 915 Sul, Lote 72 - Brasília - DF, CNPJ nº 33.583.550/0001-30, CF nº 33.583.550/0001-30, CF/DF nº 33583550000130, por seu representante legal, consoante delegação de competência conferida pela Lei nº 3.268/57, neste ato representado pelo seu Presidente, **JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO**, brasileiro, casado, médico, portador da Carteira de Identidade n.º 013186 - SSP/RO e CPF n.º 064.564.052-20, doravante denominado **CONTRATANTE** e do outro lado à empresa **WEBVOTO TECNOLOGIA EM ELEIÇÕES LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 40.732.403/0001-40, estabelecida à CLN 110 Bloco A, Sala 203 Parte A, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70.753-510, representada neste ato pelo Sr. **ALEXANDRE ROSSI SWIOKLO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 806842 - SSP-DF, residente e domiciliado à SHIS, 0 QD QI26 CJ 03 Casa 14 ST H I Sul, Bairro Lago Sul, Brasília - DF, CEP 71670-030, doravante denominada **CONTRATADA**, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Contrato para o fornecimento de serviço de Eleição WEB com sistema eletrônico eleitoral via Internet, alocação de infraestrutura e suporte necessários incluindo o envio de SMS e E-mails, atendimento personalizado aos eleitores e monitoramento das eleições eletrônicas dos dois pleitos a realização de 2 (dois) pleitos do Sistema Conselhos de Medicina, conforme condições, quantidades e especificações descritas neste instrumento e seus anexos.

§ Eleição de membros efetivos e suplentes dos Conselhos Regionais de Medicina -**2023**;

§ Eleição de membros efetivos e suplentes dos Conselhos Federal de Medicina -**2024**;

1. DAS QUANTIDADES ESTIMADAS

1.1.1 A estimativa das quantidades está baseada no número de médicos inscritos e aptos a votar

nos 02 (dois) pleitos eleitorais que serão realizados no intervalo de um ano:

§ Eleição para escolha dos membros efetivos e suplentes dos Conselhos Regionais de Medicina: (2023);

§ Eleição para escolha dos membros efetivos e suplentes do Conselho Federal de Medicina: (2024);

1.1.2 O colégio eleitoral em cada um dos pleitos deverá ser de aproximadamente 600.000 (seiscentos) mil médicos, considerando o número de médicos inscritos no Cadastro Nacional dos Médicos.

1.1.3 Por se tratar eleições com as mesmas características que envolvem todos os médicos inscritos e em todo território nacional e considerando a escala as duas deverão ser contratadas no mesmo projeto.

2. Dos Serviços

1.2.1 Do Sistema Eleitoral

1.2.2 O sistema de controle eleitoral, em ambiente web, deverá abranger os módulos abaixo discriminados, os quais estão detalhados no Anexo A deste Termo de Referência - Especificações Técnicas.

1.2.2.1 **Eleição:** este módulo deverá ser utilizado para o controle e realização do processo eleitoral no dia do pleito;

1.2.2.2 **Candidatos:** este módulo deverá ser utilizado para o controle de todos os candidatos integrantes de chapas a cargos eletivos na eleição;

1.2.2.3 **Usuários:** este módulo deverá ser utilizado para garantir que os usuários do sistema disponham de funcionalidades do seu perfil de acesso;

1.2.2.4 **Administração do Sistema:** este módulo deverá ser utilizado para possibilitar a configuração, cadastramento e monitoramento de todas as informações necessárias para o controle do processo eleitoral;

1.2.2.5 **Resultados:** este módulo deverá ser utilizado para possibilitar a totalização dos resultados por CRM/Cargo/Chapa;

1.2.2.6 **Estatísticas/Relatórios:** este módulo deverá ser utilizado para disponibilizar informações estatísticas (parciais/totais) do processo eleitoral, além de relatórios gerenciais e finais para homologação do processo eleitoral;

1.2.2.7 **Itens do serviço:**

1.2.2.7.1 Levantamento dos requisitos necessários para a criação da aplicação que atenda ao termo de referência do sistema automatizado para o processo eleitoral e seus anexos;

1.2.2.7.2 Customização do sistema de controle eleitoral;

1.2.2.7.3 Criação e divulgação de manuais estáticos e dinâmicos (em formato de vídeos) contendo o passo a passo de como utilizar as diversas funcionalidades do sistema;

1.2.2.7.4 Auxiliar e prover insumos para o CFM na criação da Cartilha do Voto; o Disponibilizar, em até 20 dias antes de cada pleito, ambiente idêntico ao de produção, para que o profissional de Medicina se familiarize com o sistema eleitoral, podendo, inclusive, simular o voto e testar suas funcionalidades;

1.2.2.7.5 Fornecimento de infraestrutura de Data Center ou infraestrutura de Cloud Computing;

1.2.2.7.6 O Fornecimento técnico-legal de todo o ambiente de produção necessário para a execução do serviço discriminado neste termo de referência, dentre os quais citamos:

- a. Servidores;
- b. Aplicativos e sistemas;
- c. Alocação de sistemas operacionais;
- d. Alocação de sistemas gerenciadores de banco de dados;
- e. Dispositivos de segurança;
- f. Ativos de rede;
- g. Alocação de meios de comunicação de dados;
- h. Alocação de servidores de aplicação;
- i. Alocação de servidores de banco de dados;
- j. Alocação de servidores de balanceamento de carga (*load balance*);
- k. Alocação de módulo de segurança;
- l. Alocação de certificados digitais para servidores de aplicação;
- m. Alocação de concentradores (*switches*);
- n. Alocação de *firewall*, baseado em hardware e software, de alta disponibilidade;
- o. Redundância de *hardware*, software, energia elétrica e conexões de rede e internet;

1.2.2.7.7 Execução de testes funcionais e unitários; o Homologações do sistema (aplicativo e infraestrutura);

1.2.2.7.8 A execução de procedimento de stress do sistema;

1.2.2.7.9 A emissão de relatórios sobre testes e homologações;

1.2.2.7.10 A execução de simulação do processo eleitoral;

1.2.2.7.11 A Inicialização do sistema para o pleito;

1.2.2.7.12 O Cadastro de chapas e currículo de candidatos;

1.2.2.7.13 O Cadastro de eleitores;

1.2.2.7.14 A Criação de credenciais;

1.2.2.7.15 A Geração de logins;

1.2.2.7.16 A Possibilidade de gerar e encaminhar senhas via SMS e e-mail;

1.2.2.7.17 Efetuar a identificação do profissional através de reconhecimento facial, validando as capturas com a foto existente na carteira profissional;

1.2.2.7.18 Acompanhamento do processo eleitoral;

1.2.2.7.19 Oferecimento de serviço de Call Center; (conforme Anexo B);

1.2.2.7.20 Suporte de segundo nível à equipe de Call Center; (conforme Anexo B);

1.2.2.7.21 Emissão de relatórios estatísticos e de resultados;

1.2.2.7.22 Fornecimento de banco de dados contendo relação de eleitores que votaram e eleitores que justificaram em cada eleição, em formato “.xlsx” ou “.csv”;

1.2.2.7.23 Disponibilidade de acesso aos comprovantes de voto e de justificativa até a data de vigência do contrato objeto deste termo de referência;

1.2.2.7.24 O encerramento do sistema.

1.4 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão às últimas.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

2.1. A eficácia do contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, a ser providenciado pelo contratante, nos termos do art. 20 do Decreto 3.555/2000.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

3.1 Durante a execução deste contrato, a CONTRATADA atenderá, além das regras de responsabilidade, os critérios, procedimentos e prazos definidos na legislação de proteção de dados pessoais, em especial na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei 13.709/2018) e atendendo-se as seguintes diretrizes mínimas:

3.1.1 Adotar as medidas de proteção dos dados que, por razões técnicas, devam permanecer salvos, mesmo por curto espaço de tempo, na plataforma da contratada;

3.1.2 Não usar, copiar, compartilhar, guardar para si e/ou para terceiros, enfim, tratar os dados em referência, para quaisquer fins não expressamente previstos neste contrato.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

4.1. De acordo com os artigos 73 e 76 da Lei nº 8.666/93, o objeto deste Contrato será recebido da forma como se segue:

- a . Provisoriamente, imediatamente depois de efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação de conformidade do material com as especificações do Edital da Licitação;
- b . Definitivamente, após verificação da sua conformidade com as especificações contidas na proposta apresentada e/ou no edital e seus anexos, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do recebimento provisório.

4.2. A entrega do objeto pela contratada e seu recebimento pelo contratante não implicam sua aceitação definitiva, que será caracterizada pela atestação da nota fiscal/fatura correspondente.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

5.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do **Pregão Eletrônico nº 003/2023** e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta da Contratada.

6 - CLÁUSULA SEXTA - DOS INSTRUMENTOS INTEGRANTES DESTES CONTRATO

6.1. Constituem parte integrante do contrato, os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

a Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2023;

b Propostas e documentos que integram o processo, firmados pela contratada.

6.2. Em caso de divergência entre os documentos integrantes e o contrato, prevalecerá este último. Os documentos supracitados são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger a execução adequada do objeto contratado dentro dos mais altos padrões da técnica atual.

6.3. Em caso de dúvidas da contratante na execução deste contrato, estas devem ser dirimidas pela contratante, de modo a entender as especificações apresentadas como condições essenciais a serem satisfeitas.

7- CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Além das obrigações resultantes da aplicação do Decreto nº 10.024/19, da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

7.1.1 Cumprir fielmente as cláusulas integrantes do Edital da Licitação, do Termo de Referência e seus anexos;

7.1.2 Prestar os serviços com qualidade, eficiência, presteza, sigilo, ética e pontualidade, em conformidade com as especificações deste Termo de Referência e do Edital e com o que for declarado na proposta vencedora que exceda e não prejudique o que for especificado no instrumento convocatório;

7.1.3 Executar as cláusulas do Contrato, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, garantindo a conformidade dos serviços com o objeto do Edital de Licitação e seus anexos, prestando as informações cabíveis quando forem constatadas não conformidades com as respectivas cláusulas;

7.1.4 Identificar e anotar em formulários apropriados as não conformidades existentes na execução das cláusulas do Contrato, as falhas ou defeitos ocorridos durante a prestação dos serviços, as providências e soluções adotadas, informando por escrito ao gestor do contrato;

7.1.5 Garantir o pleno cumprimento do Contrato, praticando as melhores técnicas administrativas e operacionais na execução dos serviços, adotando e implementando as orientações fornecidas pela fiscalização do CONTRATANTE;

7.1.6 Elaborar cronograma de trabalho, em comum acordo com o CONTRATANTE, fixando os dias e horários para a execução dos serviços;

7.1.7 Emitir mensalmente ao CONTRATANTE, relatório impresso e em meio magnético contendo a quantidade de horas e serviços executados/entregues, bem como as providências a serem tomadas, caso necessário informando também, no mínimo, data e hora de início e fim do atendimento, solicitação, solução dada, tipo de atendimento, horas gastas, pessoas envolvidas, etc.;

7.1.8 Entregar os serviços ao CONTRATANTE em total acordo com as cláusulas contratuais, com os respectivos documentos legais, nos quais fique descrito o que foi executado, os quantitativos fornecidos, a qualidade e as respectivas características técnicas relevantes;

7.1.9 Realizar todos os testes, provas ou inspeções requeridas pela Fiscalização do Contrato que possibilitem verificar a qualidade, a confiabilidade, a solidez, a garantia, a segurança e as especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos;

7.1.10 Acatar os resultados dos testes, provas ou inspeções realizadas a pedido do CONTRATANTE, providenciando na maior brevidade os reparos, conforme prazo estabelecido na notificação, os ajustes e/ou as substituições necessárias ao bom cumprimento dos serviços;

7.1.11 Responsabilizar-se pelo total controle do sistema, coibindo tentativas de fraude e quaisquer danos ao CONTRATANTE;

7.1.12 Responsabilizar-se pelo sigilo das informações e dados repassados pelo CFM por força do objeto deste termo:

7.1.12.1 É vedada a utilização para fins diferentes do expressamente descrito no Edital, no Termo de Referência e seus anexos, bem como a comercialização das mesmas;

7.1.12.2 Somente permitir a divulgação dos dados cadastrados no Sistema para qualquer terceiro pela CONTRATADA, mediante a prévia autorização do CFM, por força da lei ou em caso de determinação judicial, hipótese em que a CONTRATADA deverá informar o CFM de imediato;

7.1.12.3 Não divulgar, revelar, ceder a qualquer título, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa física ou jurídica dados do Sistema produzidos pelo CFM e os Conselhos Regionais de Medicina;

7.1.12.4 Garantir que os dados armazenados pelo Sistema, incluídas as cópias realizadas, serão enviados ao CFM tão logo tenha sido solicitado e na hipótese de término da vigência do Contrato;

7.1.12.5 Garantir que os dados armazenados pelo Sistema, incluídas as cópias realizadas, serão destruídas pela CONTRATADA, tão logo tenha sido solicitado pelo CONTRATANTE ao término da vigência do Contrato;

7.1.12.6 Emitir, prontamente, uma declaração assinada por seu representante legal, confirmando que todos os dados armazenados pelo Sistema foram enviados ao CONTRATANTE e que posteriormente foram inteiramente destruídos, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas ou digitais), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste instrumento, a pedido do CONTRATANTE;

7.1.12.7 Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judicial, incluindo-se as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação dos dados do Sistema por seus agentes, funcionários, consultores e representantes, ou ainda, por terceiros, que obtiveram as informações e materiais por seu intermédio;

7.1.12.8 Manter procedimentos administrativos adequados à preservação de quaisquer materiais ou dados que constituam o Sistema evitando extravio ou perda de informações, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, a ocorrência de incidentes desta natureza;

7.1.13 Informar imediatamente ao CFM, quando da observância da tentativa de fraudes e/ou quebra de sigilo de informações do Sistema, por meio de relatórios;

7.1.14 Executar tarefas e auxiliar a equipe de projeto do contratante, na plataforma tecnológica necessária, através do esclarecimento de dúvidas, orientações e fornecimento de informações;

7.1.15 Apresentar as notas fiscais/faturas ou documentos equivalentes preenchidos com informações identificadoras dos serviços prestados e o montante para pagamento no prazo contratado, após aceitação dos serviços fornecidos à equipe técnica do CONTRATANTE;

7.1.16 Acatar a notificação emitida pelo CONTRATANTE quanto ao não atendimento de cláusulas contratuais firmadas, quanto a providências técnicas e/ou administrativas

anteriormente informadas e não atendidas, quanto a responsabilidade por descumprimento das obrigações contratuais e respectivas penalidades;

- 7.1.17 Esclarecer por escrito os fatos apontados como motivadores da notificação, suas causas, suas consequências e as implicações legais, ao gestor do contrato que acatará ou não as justificativas apresentadas;
- 7.1.18 Providenciar, no mais breve espaço de tempo, a regularização das cláusulas contratuais não cumpridas, das solicitações de garantia, reparo, assistência técnica ou substituição, anteriormente notificadas;
- 7.1.19 Refazer os serviços/módulos, sem ônus para o contratante, tantas vezes quantas necessárias, sempre que apresentarem incompatibilidade com o serviço descrito neste termo ou em desacordo com as orientações apresentadas pela Fiscalização do Contrato;
- 7.1.20 Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por imperícia, ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução dos serviços, respondendo também pelo ônus decorrente de sua culpa ou dolo, na prestação dos serviços, o que não exclui nem diminui a responsabilidade pelos danos que forem constatados, independentemente do controle e da fiscalização exercidos pelo Licitante;
- 7.1.21 Apresentar, independente de solicitação formal do CFM, os documentos próprios que comprovem as respectivas regularidades jurídicas, fiscais e trabalhistas, assim como, a qualificação da respectiva equipe técnica, no ato da assinatura ou quando solicitado pelo gestor do Contrato;
- 7.1.22 Manter todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação técnica, que ensejaram a sua contratação, devidamente atualizadas, durante toda a vigência do Contrato, sem ônus para o CFM;
- 7.1.23 Manter equipe adequada e qualificada durante todo o processo de prestação de serviços;
- 7.1.24 Informar por escrito os nomes dos técnicos que representarão a contratada nas instalações do CONTRATANTE durante a vigência do contrato, informando nome, número de telefone e e-mail do responsável pelos serviços, a fim de atender as solicitações, devendo o responsável indicado reunir-se mensalmente, durante a vigência do contrato, em data estipulada pela fiscalização do ajuste quando solicitado em caráter emergencial;
- 7.1.25 Prover mão-de-obra qualificada para a prestação dos serviços, conforme determina a legislação trabalhista vigente, atendendo aos requisitos mínimos exigidos no Termo de Referência;
- 7.1.26 Informar por escrito ao contratante, com antecedência de 10 (dez) dias, qualquer mudança que ocorra com a equipe alocada, devendo todo profissional substituído atender aos requisitos mínimos descritos no Termo de Referência;
- 7.1.27 Cumprir os prazos estabelecidos neste termo e seus anexos, sob pena de aplicação de multa e demais cominações pelo CONTRATANTE;
- 7.1.28 Reproduzir quaisquer manuais e demais documentos técnicos e informativos escritos que descrevam os serviços prestados e disponibilizá-los ao CONTRATANTE;
- 7.1.29 Apresentar nota fiscal, licenciamento ou documento equivalente sobre todos os produtos e serviços utilizados para a execução do objeto deste Termo de Referência que confirmem ao contratante o seu direito de uso;

- 7.1.30 Assumir todos e quaisquer ônus referentes a salários, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados;
- 7.1.31 Assumir todos os gastos e despesas que fizer para o adimplemento das obrigações decorrentes do contrato;
- 7.1.32 Responder por perdas e danos que venham a ser causados ao CONTRATANTE e/ou terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa dos seus técnicos ou seu preposto, quando ocorrida nas suas dependências, reparando ou indenizando os prejuízos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 7.1.33 Não transferir a terceiros o contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente;
- 7.1.34 Manter um preposto capacitado e aceito pelo CONTRATANTE para gerenciar, supervisionar, representá-la técnica e administrativamente ou fornecer informações sobre os serviços, sempre que necessário de forma permanente, durante todo o período de vigência do contrato;
- 7.1.35 Não atribuir ao CONTRATANTE qualquer ônus ou responsabilidade, quer pela via administrativa ou judicial, pelas obrigações oriundas da execução do objeto do contrato;
- 7.1.36 Manter todos os dados do Sistema em local seguro, com acesso limitado, e somente os consultores, empregados ou agentes da CONTRATADA que necessitarem de tais dados poderão acessá-las, sendo certo que os mesmos deverão concordar em se submeter as condições do presente Termo;
- 7.1.37 Não discutir perante terceiros, divulgar, revelar, ceder a qualquer título, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica dados do Sistema produzidos pelo CFM e os Conselhos Regionais.

8- CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Além das obrigações resultantes da aplicação do Decreto nº 10.024/19, da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1 Fazer cumprir fielmente as cláusulas integrantes deste termo e seus anexos;
- 8.1.2 Administrar, coordenar, orientar, definir e fiscalizar a execução do contrato, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, verificando a conformidade dos serviços prestados com o objeto deste termo, anotando em registros próprios as atividades que devem ser corrigidas, sanadas, respondidas, complementadas ou refeitas;
- 8.1.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do serviço por um representante especialmente designado nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- 8.1.4 Garantir o pleno cumprimento do contrato, orientando e definindo as atividades pertinentes e necessárias que devem ser realizadas pela contratada;
- 8.1.5 Aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas no termo de contrato;
- 8.1.6 Comunicar à CONTRATADA quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do (s) serviço (s);
- 8.1.7 Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço que a CONTRATADA executar fora das

especificações fornecidas pelo CONTRATANTE;

8.1.8 Orientar a contratada indicando as melhores técnicas a serem praticadas durante a realização dos serviços, a metodologia recomendável, a norma e/ou a legislação técnica aplicável, as normas de conduta praticadas internamente, dirimindo eventuais dúvidas na prestação dos serviços, por intermédio de parecer técnico específico expedido, garantindo o pleno cumprimento deste contrato;

8.1.9 Zelar pelo cumprimento dos padrões definidos entre as partes, determinando à contratada o refazimento dos serviços, tantas vezes quanto necessárias, sempre que apresentarem incompatibilidade com o serviço contratado;

8.1.10 Receber os serviços prestados pela contratada, os respectivos documentos legais e descritivos, identificando a quantidade, a qualidade e as não-conformidades deste termo, registrando essas informações em documento apropriado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

8.1.11 Fiscalizar, realizar testes, inspeções, perícias ou os meios necessários que permitam verificar a qualidade, a confiabilidade, a garantia, a segurança e a fidedignidade dos serviços contratados com as exigências e as especificações constantes deste termo;

8.1.12 Atestar o recebimento dos serviços contratados mediante o aceite formal, encaminhando as notas fiscais/faturas para pagamento no prazo contratado, desde que os serviços atendam aos requisitos do Edital de Licitação, conforme aprovação da Fiscalização do CONTRATANTE;

8.1.13 Informar à CONTRATADA o aceite dos serviços contratados ou a recusa dos mesmos, por escrito, descrevendo os fatos que motivaram a decisão dos fiscais do contrato e as providências a serem tomadas sem ônus para o CONTRATANTE;

8.1.14 Notificar a contratada quanto ao não atendimento de cláusulas contratuais por ela firmadas com o CONTRATANTE, quanto a providências técnicas e/ou administrativas anteriormente informadas e não atendidas prontamente por ela, quanto à responsabilidade por descumprimento do Contrato e respectivas penalidades, quanto a irregularidades constatadas na prestação dos serviços;

8.1.15 Avaliar os relatórios de entrega, total ou parcial, dos serviços prestados, emitidos pela contratada ou, quando houver, os relatórios técnicos que descrevam a implantação, a metodologia, as alterações, as técnicas adotadas, as adequações ou que levantem questionamento técnico, respondendo-os com aceite ou recusa e/ou naquilo que for pertinente;

8.1.16 Devolver as notas fiscais/faturas, caso a contratada não cumpra com qualquer das cláusulas contratuais firmadas ou não atenda as solicitações de garantia, reparo, complementação, assistência técnica ou de refazer, anteriormente notificadas;

8.1.17 Fiscalizar os documentos que comprovem as regularidades jurídicas, fiscais e trabalhistas da CONTRATADA e a qualificação de sua equipe técnica, solicitando os originais quando julgar necessário;

8.1.18 Autorizar formalmente a entrada dos funcionários da contratada, devidamente identificados, garantindo a execução plena do objeto do Contrato;

8.1.19 Respeitar as prestações de serviços que sejam protegidas por legislação específica de autoria intelectual e/ou que sejam concedidos por licenças de uso, séries ou versões, como softwares e similares, utilizando-os nas condições estabelecidas em Contrato e mediante expressa autorização do autor;

8.1.20 Analisar os relatórios e os módulos desenvolvidos, em até 3 (três) dias úteis, após a entrega pela proponente, emitindo parecer informando à mesma, acerca da aprovação ou

reprovação dos serviços apresentados;

8.1.21 Efetuar o pagamento dos serviços que estejam de acordo com as condições descritas neste termo e seus anexos,

9 - CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o CFM, as sanções administrativas aplicadas ao licitante serão as seguintes:

9.1.1 Advertência.

9.1.2 Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

9.1.3 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o CFM, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

9.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir o CFM pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.2 - Na hipótese de descumprimento de qualquer das condições avençadas, implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, subtraído o que foi executado.

9.3 - Não havendo mais interesse do CFM na execução parcial ou total do contrato, em razão do descumprimento pela Contratada de qualquer das condições estabelecidas para a prestação dos serviços objeto deste certame, implicará multa à contratada no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

9.4 - O descumprimento total ou parcial da obrigação, nos termos do item 9.3 ensejará, além da multa do item 9.3, as sanções previstas nos subitens 9.1.1 a 9.1.4 deste edital.

9.5 - As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pelo CFM ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas nesta cláusula.

16.6 - Sempre que não houver prejuízo para o CFM, às penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

9.7 - O não atendimento à convocação para a assinatura do contrato, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida; ou no caso de não regularização por parte da microempresa ou empresa de pequeno porte da documentação prevista neste edital, no prazo também previsto neste edital, acarretará em multa correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo de outras cominações legais.

9.8 - A licitante vencedora que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com a administração pública, e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e do contrato e das demais cominações legais.

9.9 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa

por parte do adjudicatário, na forma da lei.

9.10 - A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em qualquer das situações previstas nas tabelas abaixo.

9.11 Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDENCIA% do valor do contrato/nota de empenho
1	1%
2	2%
3	3%
4	4%

TABELA 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
A	Entregar objeto de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	4	Por ocorrência
B	Fornecer informação falsa de serviço ou substituir objeto licitado por outro de qualidade inferior	2	Por ocorrência
C	Destruir ou danificar o patrimônio da CONTRATANTE por culpa ou dolo de seus agentes	3	Por ocorrência
D	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato	4	Por ocorrência
E	Recusar-se a executar a troca de objeto determinado pela fiscalização, sem motivo justificado.	4	Por ocorrência
F	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.	3	Por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
G	Manter a documentação de habilitação atualizada	1	Por item e por ocorrência
H	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização	2	Por ocorrência
I	Cumprir obrigação contratual acessória, a exemplo de solicitação escrita e fundamentada do fiscal do Contrato/Ata/Nota de Empenho.	2	Por item e por ocorrência.
J	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
K	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida por força do contrato	1	Por ocorrência e por dia.
L	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato	2	Por ocorrência e por dia.
M	Cumprir quaisquer dos itens do Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização.	3	Por item e por ocorrência.

N	Substituir os produtos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 15 (quinze) dias corridos, contadas da comunicação do Fiscal do Contrato/Ata/Nota Empenho.	2	Por item e dia de atraso.
---	--	---	---------------------------

9.12 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

9.13 Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial

9.14 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa

9.15 O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. Constituem motivos incondicionais para a rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79 da Lei nº 8.666/93, inclusive com as consequências do artigo 80 da referida lei.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA

PRIMEIRA - DO PAGAMENTO E DA FORMA DE PAGAMENTO

Serviço de sistema eletrônico eleitoral via internet, alocação de infraestrutura para sua execução, Fornecimento de software específico (Sistema Eletrônico Eleitoral), e suporte para a realização de eleições via Internet do Sistema CFM/Conselhos Regionais de Medicina por 48 horas nos pleitos de 2023 e 2024

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANT. DE PLEITOS	VALOR TOTAL
1	<p>Processo eleitoral via internet:</p> <p>a . Fornecimento de serviço de sistema eletrônico eleitoral, via internet;</p> <p>b . Autenticação do eleitor por biometria estimada em 40.000 mil verificações biométricas (caso esse número de verificações biométricas ultrapassem o limite de 40.000, deverá ser pago as verificações excedidas)</p> <p>c. Autenticação do eleitor por certificado digital ICP-Brasil;</p> <p>d. Autenticação por senha com duplo fator de identificação</p> <p>e. Realização do pleito eleitoral previsto para acontecer por 48h;</p> <p>f. Aproximadamente 600.000 (seiscentos mil) eleitores por pleito.</p>	R\$ 238.555,12	2	R\$ 477.110,24

2	Excepcionalmente, caso a verificação biométricas ultrapasse a estimativa de 40.000 mil, deverá ser pago individualmente e sob demanda esse excedente.	R\$ 1,60	1	R\$ 1,60
3	Alocação de infraestrutura para execução: a. Eleição: 48 horas; b. Justificativa por 60 (sessenta) dias.	R\$ 137.954,66	2	R\$ 275.909,32
4	Carga de dados e monitoramento das eleições para os pleitos	R\$ 36.158,96	2	R\$ 72.317,92
5	Envio de e-mail e SMS - nos termos dos ANEXOS D e C, respectivamente para aproximadamente 600.000 (seiscentos mil) eleitores por pleito: a. Envios de e-mail: 600.000 (seiscentos mil) por pleito; b. Envios de SMS: 600.000 (seiscentos mil) por pleito.	R\$ 77.253,03	2	R\$ 154.506,06

6	<p>Atendimento personalizado aos eleitores - conforme ANEXO B:</p> <p>a . Período de atendimento antes do processo eleitoral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 20 (vinte) dias antes do dia da eleição com a equipe formada por 6 (seis) atendentes na primeira semana, 8 (oito) atendentes na segunda semana e 12 (doze) atendentes na terceira semana, em conformidade com anexo B; <p>b . Período de atendimento durante o período das eleições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 48h ininterruptas com equipe formada em conformidade por 25 atendentes em conformidade com o ANEXO B; <p>c . Período de atendimento no período da justificativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 60 dias com equipe formada com equipe formada por 5 (cinco) atendentes, em conformidade com ANEXO B. <p>d. Observações:</p> <p>Os atendimentos serão realizados em horário comercial (das 8 às 12h e das 14 às 18h), horário oficial de Brasília.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O atendimento durante a eleição será ininterrupto. • Fornecimento de número de telefone para atendimento com o DDD 0800, Local, pessoas e equipamentos fornecidos pela 			
		R\$ 149.578,23	2	R\$ 299.156,46
	Contratada. Caso os quantitativos de atendentes ultrapassem as quantidades mínimas previstas, excepcionalmente e sob demanda, a critério da contratante poderá ser autorizada a ampliação desses postos de atendimento precificados individualmente.			
	Subtotal (Eleição 01):	R\$ 639.500,00	R\$	R\$ 639.500,00
	Subtotal (Eleição 02):	R\$ 639.500,00	R\$	R\$ 639.500,00
Total (2 eleições):				R\$ 1.279.000,00

11.1 O pagamento será efetuado em favor da Contratada através de ordem bancária até o 10º (décimo) dia útil após a entrega do documento de cobrança a administração do Conselho Federal de Medicina e o atesto da nota fiscal pelo Executor do contrato, conforme cronograma abaixo:

11.1.1 O pagamento será dividido em duas etapas:

- ETAPA 1 – 50% (cinquenta por cento) no pleito para Eleição dos membros efetivos e suplentes dos Conselhos Regionais de Medicina – 2023; e;
- ETAPA 2 – 50% (cinquenta por cento) no pleito para Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Federal de Medicina – 2024.

11.1.2. O pagamento estando a prestação de serviço de acordo com a exigências contratuais, será efetuado conforme quadro abaixo:

Etapa	Parcela	Marco para pagamento	Composição do pagamento
Etapa 1 - CONSELHOS REGIONAIS DE MEDICINA - Pleito para Eleição dos membros efetivos e suplentes dos Conselhos Regionais de Medicina – 2023	1	30 dias após a assinatura do contrato	20% (vinte por cento) do valor do módulo inicial do item 1 somado a 20% (vinte por cento) dos itens de callcenter e validadores biométricos, desconsiderando o custo por atendente/validador adicional – relativo a cada eleição;
	2	15 dias após a homologação final do sistema	30% (trinta por cento) do valor do módulo inicial do item 1 somado aos 50% (cinquenta por cento) dos itens de callcenter e validadores biométricos, desconsiderando o custo por atendente/validador adicional – relativo a cada eleição;
	3	15 (quinze) dias após a eleição	30% (trinta por cento) do valor do módulo inicial do item 1 somado aos 30% (trinta por cento) restantes dos itens de callcenter e validadores biométricos (desconsiderando o custo por atendente/validador adicional – relativo a cada eleição), e, se demandados, os serviços adicionais de Callcenter e validadores; e ainda somados aos quantitativos totais apurados nos envios de SMS e E-mail. Caso tenha sido acionado os módulos adicionais, serão pagos 70% (setenta por cento) do valor adicional calculado e aprovado pelo fiscal do contrato e pela auditoria
	4	80 (oitenta) dias após o término do prazo para a apresentação aos Conselhos Regionais de Medicina das justificativas	20% (vinte por cento) do valor do módulo inicial do item 1 e 30% (trinta por cento) do valor do módulo adicional, se estes tiverem sido acionados
Etapa 2 - CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA	5	(30) trinta dias contados do requerimento do CFM para o início do estabelecidos no cronograma do processo eleitoral	20% (vinte por cento) do valor do módulo inicial do item 1 somado a 20% (vinte por cento) dos itens de callcenter e validadores biométricos, desconsiderando o custo por atendente/validador adicional – relativo a cada eleição;
	6	15 (quinze) dias após a homologação final do sistema pela Auditoria ou do Aceite pelo CONTRATANTE	30% (trinta por cento) do valor do módulo inicial do item 1 somado aos 50% (cinquenta por cento) dos itens de callcenter e validadores biométricos, desconsiderando o custo por atendente/validador adicional – relativo a cada eleição
	7	15 (quinze) dias após a eleição	30% (trinta por cento) do valor do módulo inicial do item 1 somado aos 30% (trinta por cento) restantes dos itens de callcenter e validadores biométricos (desconsiderando o custo por atendente/validador adicional – relativo a cada eleição), e, se demandados, os serviços adicionais de Callcenter e validadores; e ainda somados aos quantitativos totais apurados nos envios de SMS e E-mail. Caso tenha sido acionado os módulos adicionais, serão pagos 70% (setenta por cento) do valor adicional calculado e aprovado pelo fiscal do contrato e pela auditoria
	8	80 (oitenta) dias após o término do prazo para a apresentação aos Conselhos Regionais de Medicina das justificativas, pelo Profissional que deixar de votar	20% (vinte por cento) do valor do módulo inicial do item 1 e 30% (trinta por cento) do valor do módulo adicional, se estes tiverem sido acionados

11.1.3. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendências de liquidação de

obrigações em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou inadimplência contratual;

11.1.4. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, a prestação do serviço não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.

11.2 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

11.2 A Nota Fiscal ou Fatura deverá NECESSARIAMENTE ser apresentada com os elementos essenciais do documento conforme 11.4;

11.3 Descrição do serviço conforme a lista de serviços anexo à Lei Complementar nº 116/2003;

11.3.1 Prazo de validade;

11.3.2 Data da emissão;

11.3.3 Dados do contrato e do órgão contratante;

11.3.4 Período de prestação dos serviços;

11.3.5 Valor a pagar; e

11.3.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.4 A nota fiscal deverá vir acompanhada de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante as Fazendas Federal, Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante e comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Seguridade Social (INSS), inclusive relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho e de relatório de atividades prestadas pela contratada, com a descrição dos serviços e seus valores correspondentes.

11.5 Caso a empresa vencedora goze de algum benefício fiscal, esta ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo SIMPLES NACIONAL (Lei Complementar nº 123/2006), pela entrega de declaração, conforme modelo constante da IN competente da Secretaria da Receita Federal.

11.6 Após apresentada a referida comprovação, a empresa vencedora ficará responsável por comunicar ao CFM qualquer alteração posterior na situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução do contrato.

11.7 Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, este ficará pendente até que a empresa vencedora providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao CONTRATANTE.

11.8 Se, por qualquer motivo alheio à vontade do CONTRATANTE, for paralisada a prestação do serviço, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

11.9 Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no item 11.1, pagará à empresa vencedora atualização financeira de acordo com a variação do IPCA/IBGE, proporcionalmente aos dias de atraso.

11.10 Não caberá pagamento de atualização financeira à empresa vencedora caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por sua culpa;

11.11 No caso de pendência de liquidação de obrigações pela empresa vencedora, em virtude de penalidades impostas, o CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1 - O prazo de vigência do contrato a ser firmado será fixado a partir da data da sua assinatura e

terá a duração de 24 (vinte e quatro meses) meses, podendo ser prorrogado na ocorrência de quaisquer das hipóteses descritas no artigo 57 da Lei nº 8.666/93, desde que seja apresentada justificativa, por escrito, até o 10 (décimo) dia útil anterior ao termo final do prazo pactuado.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE

13.1 Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência de contrato.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Conselho Federal de Medicina o exercício de 2023, na rubrica nº 6.2.2.1.1.33.90.39.045 - Aquisição de Sistemas/Programas (Software) de Informática.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. A fiscalização e acompanhamento da execução do presente contrato se dará por meio dos funcionários **GLEIDSON PORTO**, como gestor titular, e, como gestor substituto **ADRIANO PONCE**, especialmente designados, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos, observados na forma do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93.

15.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:

a. Os resultados alcançados em relação à licitante vencedora, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

b. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

15.3. O representante do contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

15.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, pelos danos causados ao contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - A contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições ora pactuadas, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

16.2 - A contratada se obriga a utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pelo contratante para execução do contrato.

16.3 - Para efeito deste contrato, não será considerado como precedente, novação ou renúncia aos direitos que a lei e o presente contrato assegurem às partes, a tolerância quanto a eventuais descumprimentos ou infrações relativas às cláusulas e condições estipuladas no presente contrato.

16.4 - A contratada assumirá a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação desta licitação.

16.5 - A contratada responsabilizar-se-á por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus

empregados ou preposto quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.

16.6 - A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO E DOS CASOS OMISSOS

17.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal, em Brasília-DF, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou ações oriundas do presente contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar os impasses, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõe a Lei nº 8.666/1993, o Decreto-Lei nº 3.555/2000, a Lei nº 10.520/2002 e demais legislações aplicáveis.

E, por estarem assim ajustados e de acordo, as partes assinam o presente contrato.

JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO
Presidente do CFM

DILZA AMBRÓS RIBEIRO
Secretária-Geral do CFM

GLEIDSON PORTO OLIVEIRA
Gestor Titular

ADRIANO DE OLIVEIRA PONCE
Gestor Substituto

JOSÉ ALEJANDRO BULLON SILVA
Assessoria Jurídica

ALEXANDRE ROSSI SWIOKLO
WEBVOTO TECNOLOGIA EM ELEIÇÕES LTDA

GLEDISTON LUIZ MUSTEFAGA
Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **José Alejandro Bullon Silva, Coordenador(a)**, em 05/04/2023, às 10:11, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Hiran da Silva Gallo, Presidente**, em 05/04/2023, às 11:30, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriano de Oliveira Ponce, Coordenador(a)**, em 05/04/2023, às 15:35, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dilza Teresinha Ambrós Ribeiro, Secretária-geral**, em 05/04/2023, às 15:45, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE ROSSI SWIOKLO, Usuário Externo**, em 05/04/2023, às 16:48, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleidson Porto Batista, Coordenador(a)**, em 05/04/2023, às 20:47, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Glediston Luiz Mustefaga, Chefe de Setor**, em 10/04/2023, às 10:00, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0147004** e o código CRC **92C1AD08**.



SGAS 915, Lote 72 - Bairro Asa Sul | (61) 3445-5900
CEP 70390-150 | Brasília/DF - <https://portal.cfm.org.br>

Referência: Processo SEI nº 22.0.000002436-1 | data de inclusão: 04/04/2023